

**EDITAL**

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PE 07/2026 –SRP/PMTG**

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Tomar de Geru/SE, por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, com critério de julgamento **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 171/2025, instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de setembro de 2022 e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Abertura da Sessão:** 10h do dia 26 de maio de 2026.

**Local:** No site do licitane: [www.licitane.com.br](http://www.licitane.com.br)

## 1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Sistema de Registro de Preços, para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, em aparelhos de ar-condicionado (Sistema de Climatização), visando atender as demandas das Secretarias e Prefeitura Municipal de Tomar do Geru, tendo como partícipe o Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Tomar do Geru, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. Para os itens da planilha constante do anexo I – Termo de Referência será permitido a participação de quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto;

1.2. Dos itens que compõe o objeto;

### LOTE ÚNICO – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	25896	49	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 12000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 12.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 211,66	R\$ 10.371,34
2	25897	37	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18000 BTUS -SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 18.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE	R\$ 243,67	R\$ 9.015,79



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

				INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.		
3	25898	20	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 24000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 24.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 266,00	R\$ 5.320,00
4	25899	15	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 30000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 30.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 427,15	R\$ 6.407,25
5	25900	15	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 36000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 36.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 431,45	R\$ 6.471,75
6	25895	36	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 9000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 9.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 183,67	R\$ 6.612,12
7	25902	61	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 12000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 12.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO. O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR	R\$ 612,85	R\$ 37.383,85



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

				SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.		
8	25903	29	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 18.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 723,23	R\$ 20.973,67
9	25904	21	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 24000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 24.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 760,00	R\$ 15.960,00
10	25905	16	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 30000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 30.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 837,75	R\$ 13.404,00
11	25906	15	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 36000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 36.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 856,22	R\$ 12.843,30
12	25901	47	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 9000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 9.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 517,00	R\$ 24.299,00
13	25890	193	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (MÃO DE OBRA). - VISITA TÉCNICA MEDIANTE CHAMADO PARA DIAGNÓSTICO DE FALHA, ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E EXECUÇÃO DE REPARO MECÂNICO/ELÉTRICO OU SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.	R\$ 230,33	R\$ 44.453,69
14	25889	185	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA. VISITA TÉCNICA PERIÓDICA PARA HIGIENIZAÇÃO PROFUNDA, LIMPEZA DE FILTROS E SERPENTINAS, MEDIÇÃO DE PRESSÃO DE GÁS, VERIFICAÇÃO ELÉTRICA E DRENO, VISANDO A QUALIDADE DO AR E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.	R\$ 149,48	R\$ 27.653,80
15	25893	65	SV	SERVIÇO RECARGA DE GÁS R22- SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R22, UTILIZANDO PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, NOVO, ORIGINAL E LACRADO DE FÁBRICA, COM GRAU DE PUREZA ADEQUADO E LIVRE DE UMIDADE, ÓLEO, PARTÍCULAS OU QUALQUER CONTAMINANTE QUE POSSA COMPROMETER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O REFRIGERANTE DEVERÁ SER	R\$ 280,30	R\$ 18.219,50



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

				100% COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS PROJETADOS PARA R22, GARANTINDO SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES.O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR AVALIAÇÃO DA LINHA FRIGORÍGENA, TESTE DE ESTANQUIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE POSSÍVEIS VAZAMENTOS, VÁCUO COMPLETO, ALÉM DA CARGA EXATA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. A EXECUÇÃO DEVE SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.		
16	25892	73	SV	SERVIÇO RECARGA DE GÁS R32. SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R32, UTILIZANDO PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, NOVO, ORIGINAL E LACRADO DE FÁBRICA, COM GRAU DE PUREZA ADEQUADO E LIVRE DE UMIDADE, ÓLEO, PARTÍCULAS OU QUALQUER CONTAMINANTE QUE POSSA COMPROMETER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O REFRIGERANTE DEVERÁ SER 100% COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS PROJETADOS PARA R32, GARANTINDO SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES.O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR AVALIAÇÃO DA LINHA FRIGORÍGENA, TESTE DE ESTANQUIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE POSSÍVEIS VAZAMENTOS, VÁCUO COMPLETO, ALÉM DA CARGA EXATA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. A EXECUÇÃO DEVE SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.	R\$ 222,51	R\$ 16.243,23
17	25894	74	SV	SERVIÇO RECARGA DE GÁS R410 - SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R410, UTILIZANDO PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, NOVO, ORIGINAL E LACRADO DE FÁBRICA, COM GRAU DE PUREZA ADEQUADO E LIVRE DE UMIDADE, ÓLEO, PARTÍCULAS OU QUALQUER CONTAMINANTE QUE POSSA COMPROMETER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O REFRIGERANTE DEVERÁ SER 100% COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS PROJETADOS PARA R410, GARANTINDO SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES.O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR AVALIAÇÃO DA LINHA FRIGORÍGENA, TESTE DE ESTANQUIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE POSSÍVEIS VAZAMENTOS, VÁCUO COMPLETO, ALÉM DA CARGA EXATA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. A EXECUÇÃO DEVE SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.	R\$ 227,50	R\$ 16.835,00
18	25891	N/A	PEÇAS	PEÇAS DE REPOSIÇÃO. VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO (COMPRESSORES, PLACAS, CAPACITORES etc.) A SEREM UTILIZADAS NAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS.	N/A	R\$ 67.200,00
<b>TOTAL DO TOTAL</b>						R\$ 359.667,29
<b>PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO</b>						5,16%

1.2.2. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote quando for o caso, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

2.2. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

**2.3. Poderá participar dessa licitação para efeitos da Exclusividade de Regionalidade.**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**2.3.1. Para efeitos na Decreto Municipal nº 171/2025, considera-se: I - âmbito local: limites geográficos do Município de Tomar do Geru/SE, Estado de Sergipe; II - âmbito Regional: Definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), composto pelos Município de Arauá, Itabaianinha, Cristinápolis, Tobias Barreto, Pedrinhas, Umbaúba e Indiaroba; III - microempresas e empresas de pequeno porte: os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; bem como pela Decreto Municipal nº 171/2025.**

2.3.2. Os licitantes que não atenderem aos termos da Decreto Municipal nº 171/2025, não poderão participar do certame.

2.3. 3. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**2.4. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

2.4.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.4.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.4.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.4.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

2.4.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.4.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.4.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**2.5. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

2.5.1. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.5.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.1.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.5.3. Sociedades cooperativas.

**2.6. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

2.6.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.6.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.6.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.6.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.6.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.6.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar no 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

### **3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

3.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital

3.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 02 (duas) horas, contados da convocação a ser exposta.

3.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, pdf's originais dos órgãos emissores ou ainda cópias simples em formato "pdf". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

3.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

3.1.5. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

3.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. Para aceitabilidade da proposta, o(a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

4.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

4.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

4.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

4.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

4.7. O(A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

4.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em “pdf” poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

5.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. A disputa ocorrerá pelo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**.

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

5.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “5.14”, observando-se o seguinte:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

5.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.12. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem: (a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; (b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; (c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

trabalho, conforme regulamento; (d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: (a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; (b) empresas brasileiras; (c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; (d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. O prazo aqui definido poderá ser ampliado conforme o caso desde que motivadamente justificado nos autos do processo.

5.15.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.15.24. Nos casos em que se verificarem ofertas manifestamente inferiores a uma realidade de mercado, sendo esses valores, passivos de serem declarados INEXEQUÍVEIS, o licitante será obrigado a apresentar **planilha de custo detalhada, Ata de SRP/Contratos e Notas Fiscais** que comprove a capacidade de entrega no último valor apresentado, sob pena de decair do direito a adjudicação do objeto licitado.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.15.28. Não serão aceitos preços com a incapacidade de comprovação de exequibilidade, sendo a licitante responsável pelos seus atos, tornando-se passiva das penalidades cabíveis nos casos em que forem constatadas reduções nos preços que impossibilite a Administração de alcançar a aquisição do objeto licitado.

**6. FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os termos deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de executibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos previstos no Termo de Referência, os quais se mostram necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante em executar o objeto desta licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A licitante deverá apresentar os documentos de habilitação expostos no Termo de Referência conforme previsto no item 7.1. deste Edital, sob pena de INABILITAÇÃO no certame.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por cópia autenticada digitalmente. Nos casos de cópias simples, havendo dúvidas sobre a autenticidade do documento em questão, em sede de diligência, serão solicitadas outras comprovações que garantam a veracidade das informações ali expostas.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. A documentação de habilitação deverá estar vigente no momento que iniciar a fase de Habilitação.

7.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)): (a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e (b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.tomardogeru.se.gov.br/licitacoes>.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1 advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e;
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial;

- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.17, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze)



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.5 e 9.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.1.6 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.4.1 e 9.4.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#);

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#);

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: (sistema eletrônico) [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DO REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada em sítio eletrônico do órgão licitante.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1.(a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

13.3.2. (b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tomardogeru.se.gov.br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3. ANEXO III- Minuta do Contrato

Tomar do Geru/SE, 11 de maio de 2026.

**Thiago de Oliveira Santos**  
**Pregoeiro Oficial**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO**

## **1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

**1.1.** A elaboração do presente Termo de Referência é um passo fundamental para subsidiar a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, para os aparelhos de ar-condicionado instalados nas repartições do Município de TOMAR DO GERU/SE, pois a finalidade é realizar um Registro de Preços para a futura e eventual contratação destes serviços que são vitais para a salubridade ambiental e infraestrutura administrativa.

Conforme detalhadamente apurado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta este processo, a Administração Pública identificou uma necessidade premente de garantir a operacionalidade contínua e a gestão da qualidade do ar nestes ambientes, uma vez que o estudo demonstrou que o Município não possui em seu quadro equipe técnica especializada com ferramental adequado para realizar as higienizações preventivas (PMOC) e os diagnósticos corretivos que estes ativos de climatização exigem. Esta situação de vulnerabilidade gera um risco duplo de alto impacto, pois uma eventual falha ou falta de limpeza em um equipamento impacta negativamente a saúde dos servidores e cidadãos pela proliferação de fungos e bactérias, além de comprometer as finanças municipais pelo consumo excessivo de energia elétrica de aparelhos sujos e pela redução precoce de sua vida útil.

A contratação que se desenha é a solução mais viável e vantajosa para sanar tal deficiência, visto que o ETP concluiu que a adoção de um contrato único agrupando preventiva, corretiva e peças sob o critério de julgamento de Maior Desconto é a solução que melhor atende ao interesse público. Este modelo garante a mitigação de riscos sanitários pela manutenção preventiva constante e uma resposta ágil a falhas mecânicas, ao mesmo tempo em que assegura a economicidade pois a Administração pagará com desconto apenas pelos serviços e peças que efetivamente utilizar.

Com um valor global estimado a ser concluído na fase de pesquisa de preços, a contratação está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021. Este Termo de Referência justifica-se, portanto, como o instrumento que detalha todas as especificações técnicas, obrigações das partes e condições necessárias para guiar o processo licitatório, assegurando que o município contrate uma solução eficaz que atenda plenamente à necessidade de conforto térmico e qualidade do ar interior.

## **2. DO OBJETO**

**2.1. REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS SOB DEMANDA, EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO (SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU.**

**2.2.** O escopo da contratação inclui uma solução integrada de manutenção, abrangendo:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

a) A prestação de **Serviços de Manutenção Preventiva** periódica, a ser executada conforme cronograma definido pela Administração, incluindo a higienização profunda de filtros e serpentinas, medição de pressão de gás, testes elétricos e drenagem, visando a eficiência energética e a qualidade do ar interior (em conformidade com as boas práticas do PMOC), com fornecimento de toda a mão de obra especializada e insumos de limpeza necessários.

b) A prestação de **Serviços de Manutenção Corretiva**, mediante chamado técnico por demanda, para diagnóstico de falhas, elaboração de laudo técnico e execução de reparos mecânicos ou eletrônicos, incluindo o fornecimento da mão de obra técnica especializada para restabelecer o funcionamento do equipamento.

c) O **fornecimento de peças de reposição** (como compressores, capacitores, placas, hélices, etc.) que se façam necessárias para a execução dos reparos, devendo ser novas e originais (ou compatíveis mediante autorização), sendo pagas sob demanda mediante a aplicação do percentual de desconto ofertado na licitação sobre o preço de mercado da peça.

**2.3.** A contratação será formalizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), e a execução ocorrerá de forma parcelada mediante a emissão de **Ordens de Serviço (OS)**, conforme a conveniência administrativa e a necessidade de reparo ou limpeza dos ativos.

**2.4.** A seguir, apresenta-se a planilha de resumo com os quantitativos e itens que compõem o objeto desta licitação (Lote Único):

**LOTE ÚNICO – MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

ITEM	CÓDIGO	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	25896	49	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 12000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 12.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 211,66	R\$ 10.371,34
2	25897	37	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18000 BTUS -SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 18.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 243,67	R\$ 9.015,79
3	25898	20	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 24000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 24.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA	R\$ 266,00	R\$ 5.320,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

				LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.		
4	25899	15	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 30000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 30.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 427,15	R\$ 6.407,25
5	25900	15	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 36000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 36.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 431,45	R\$ 6.471,75
6	25895	36	SV	DESINSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 9000 BTUS- SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 9.000 BTUS, INCLUINDO A REMOÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS. O PROCEDIMENTO DEVERÁ SER REALIZADO POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS, GARANTINDO A INTEGRIDADE DOS COMPONENTES E PRESERVANDO AS CONDIÇÕES DE REUTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO.O SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O RECOLHIMENTO ADEQUADO DO GÁS REFRIGERANTE CONFORME NORMAS AMBIENTAIS, PROTEÇÃO DAS CONEXÕES, ISOLAMENTO DAS EXTREMIDADES DA TUBULAÇÃO, DESMONTAGEM CUIDADOSA DAS PARTES FIXADAS EM PAREDE OU ESTRUTURA, ALÉM DA LIMPEZA DO LOCAL APÓS A RETIRADA DO EQUIPAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ SEGUIR NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO, ASSEGURANDO SEGURANÇA E EVITANDO DANOS AO APARELHO OU AO AMBIENTE.	R\$ 183,67	R\$ 6.612,12
7	25902	61	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 12000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 12.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 612,85	R\$ 37.383,85
8	25903	29	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 18000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 18.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 723,23	R\$ 20.973,67
9	25904	21	sv	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 24000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 24.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO	R\$ 760,00	R\$ 15.960,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

				INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.		
10	25905	16	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 30000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 30.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 837,75	R\$ 13.404,00
11	25906	15	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 36000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 36.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 856,22	R\$ 12.843,30
12	25901	47	SV	INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO 9000 BTUS- SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COMPLETA DE UNIDADE DE AR-CONDICIONADO TIPO 9.000 BTUS, INCLUINDO A FIXAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) E DA UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO FRIGORÍGENA, CABO DE COMUNICAÇÃO, DRENO, SUPORTES METÁLICOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. A INSTALAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.O SERVIÇO INCLUI A REALIZAÇÃO DE VÁCUO NA TUBULAÇÃO, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO SISTEMA, VERIFICAÇÃO DO FLUXO DE DRENO, CONEXÃO ELÉTRICA SEGURA, NIVELAMENTO DAS UNIDADES E TESTES FINAIS DE FUNCIONAMENTO. TODO O PROCESSO DEVERÁ ASSEGURAR SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO, ALÉM DA LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL APÓS A CONCLUSÃO DO SERVIÇO.	R\$ 517,00	R\$ 24.299,00
13	25890	193	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (MÃO DE OBRA). - VISITA TÉCNICA MEDIANTE CHAMADO PARA DIAGNÓSTICO DE FALHA, ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E EXECUÇÃO DE REPARO MECÂNICO/ELÉTRICO OU SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.	R\$ 230,33	R\$ 44.453,69
14	25889	185	SV	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA. VISITA TÉCNICA PERIÓDICA PARA HIGIENIZAÇÃO PROFUNDA, LIMPEZA DE FILTROS E SERPENTINAS, MEDIÇÃO DE PRESSÃO DE GÁS, VERIFICAÇÃO ELÉTRICA E DRENO, VISANDO A QUALIDADE DO AR E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.	R\$ 149,48	R\$ 27.653,80
15	25893	65	SV	SERVIÇO RECARGA DE GÁS R22- SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R22, UTILIZANDO PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, NOVO, ORIGINAL E LACRADO DE FÁBRICA, COM GRAU DE PUREZA ADEQUADO E LIVRE DE UMIDADE, ÓLEO, PARTÍCULAS OU QUALQUER CONTAMINANTE QUE POSSA COMPROMETER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O REFRIGERANTE DEVERÁ SER 100% COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS PROJETADOS PARA R22, GARANTINDO SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES.O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR AVALIAÇÃO DA LINHA FRIGORÍGENA, TESTE DE ESTANQUEIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE POSSÍVEIS VAZAMENTOS, VÁCUO COMPLETO, ALÉM DA CARGA EXATA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. A EXECUÇÃO DEVE SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.	R\$ 280,30	R\$ 18.219,50
16	25892	73	SV	SERVIÇO RECARGA DE GÁS R32. SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R32, UTILIZANDO PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, NOVO, ORIGINAL E LACRADO DE FÁBRICA, COM GRAU DE PUREZA ADEQUADO E LIVRE DE UMIDADE, ÓLEO, PARTÍCULAS OU QUALQUER CONTAMINANTE QUE POSSA COMPROMETER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O REFRIGERANTE DEVERÁ SER 100% COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS PROJETADOS PARA R32, GARANTINDO SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES.O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR AVALIAÇÃO DA LINHA FRIGORÍGENA, TESTE DE ESTANQUEIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE POSSÍVEIS VAZAMENTOS, VÁCUO COMPLETO, ALÉM DA CARGA EXATA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. A EXECUÇÃO DEVE SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.	R\$ 222,51	R\$ 16.243,23
17	25894	74	SV	SERVIÇO RECARGA DE GÁS R410 - SERVIÇO DE RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE R410, UTILIZANDO PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, NOVO, ORIGINAL E LACRADO DE FÁBRICA, COM GRAU DE PUREZA ADEQUADO E LIVRE DE UMIDADE, ÓLEO, PARTÍCULAS OU QUALQUER	R\$ 227,50	R\$ 16.835,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

				CONTAMINANTE QUE POSSA COMPROMETER O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O REFRIGERANTE DEVERÁ SER 100% COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS PROJETADOS PARA R410, GARANTINDO SEGURANÇA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRESERVAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS COMPONENTES. O SERVIÇO DEVERÁ INCLUIR AVALIAÇÃO DA LINHA FRIGORÍGENA, TESTE DE ESTANQUIDADE, IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE POSSÍVEIS VAZAMENTOS, VÁCUO COMPLETO, ALÉM DA CARGA EXATA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. A EXECUÇÃO DEVE SER REALIZADA POR TÉCNICO QUALIFICADO, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS E SEGUINDO NORMAS TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS DE REFRIGERAÇÃO.		
18	25891	N/A	PEÇAS	PEÇAS DE REPOSIÇÃO. VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO (COMPRESSORES, PLACAS, CAPACITORES etc.) A SEREM UTILIZADAS NAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS.	N/A	R\$ 67.200,00
TOTAL DO TOTAL						R\$ 359.667,29
PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO						5,16%

2.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, desde que comprovado a vantajosidade, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

2.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como específicos, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 3. DAS OBRIGAÇÕES

Para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, as partes deverão observar as seguintes obrigações:

#### 3.1. DA CONTRATADA (FORNECEDOR)

Caberá à empresa CONTRATADA, além das responsabilidades que decorrem da natureza do objeto e da legislação vigente, o cumprimento das seguintes obrigações:

##### 3.1.1. Qualidade e Conformidade Técnica:

a) Executar todos os serviços em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência, observando rigorosamente as normas técnicas da ABNT (especialmente a NBR 16.401) e as diretrizes de qualidade do ar da ANVISA (Lei do PMOC - Lei nº 13.589/2018), bem como os manuais técnicos dos fabricantes dos aparelhos de ar-condicionado.

b) Utilizar exclusivamente mão de obra tecnicamente qualificada, com comprovada experiência em refrigeração e climatização, devendo os técnicos estar devidamente uniformizados, equipados com ferramentas adequadas (bombas de vácuo, manômetros, recolhedoras, lavadoras de alta pressão) e identificados com crachá em todas as visitas.

c) Fornecer peças e componentes **novos, originais e de primeiro uso**. Peças "similares" ou "compatíveis" somente serão admitidas em caráter excepcional, quando a original estiver descontinuada no mercado, e mediante autorização prévia e por escrito do Fiscal do Contrato.

d) Refazer, às suas expensas, qualquer serviço que seja rejeitado pela fiscalização por apresentar vícios, defeitos de instalação (ex: vazamento de gás, dreno entupido) ou desconformidade com as especificações, concedendo garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre o serviço realizado.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**3.1.2. Execução, Prazos e Níveis de Serviço (SLA):**

- a) Manter canais de comunicação eficientes (telefone, e-mail e WhatsApp Business) para a abertura de chamados, garantindo o registro imediato da solicitação.
- b) Cumprir rigorosamente os Níveis Mínimos de Serviço (SLA) definidos, sendo:
- **Prazo de Atendimento (Diagnóstico):** Realizar a visita técnica para diagnóstico da falha em, no máximo, **48 horas úteis** após a abertura do chamado.
  - **Prazo de Resolução (Reparo):** Concluir o reparo definitivo do equipamento em, no máximo, **5 (cinco) dias**, contados do diagnóstico inicial, salvo na ocorrência de indisponibilidade de peças no mercado devidamente justificada.
- c) Realizar as visitas de **Manutenção Preventiva** conforme o cronograma definido pela fiscalização, executando obrigatoriamente a higienização profunda de filtros, evaporadoras e condensadoras, aplicação de bactericidas (quando aplicável), desobstrução de drenos e aferição de pressão de gás, visando a qualidade do ar interior.
- d) Executar os serviços preferencialmente "in-loco". A retirada dos aparelhos para oficina só poderá ocorrer em casos de alta complexidade (ex: troca de compressor, soldas extensas) e com autorização expressa do fiscal.
- e) Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e garantir a segurança do trabalho, isolando a área de intervenção para evitar acidentes com servidores ou público.
- f) Arcar com todos os custos de transporte, alimentação, hospedagem e despesas logísticas de suas equipes.

**3.1.3. Fornecimento de Peças e Aplicação do Desconto:**

- a) Quando a manutenção corretiva exigir substituição de peças, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal, após o diagnóstico, um **orçamento prévio** detalhando os itens necessários.
- b) Para definição do preço da peça, a CONTRATADA deverá apresentar a **Nota Fiscal de aquisição** ou **3 (três) orçamentos válidos** de fornecedores distintos, aplicando-se o percentual de desconto licitado sobre o menor valor apurado.
- c) O serviço só poderá ser executado após a autorização formal do Fiscal sobre o orçamento apresentado.

**3.1.4. Relatórios e Documentação:**

- a) Apresentar, ao término de cada visita, um **Relatório Técnico de Serviço (RTS)**, que deverá conter a identificação do equipamento, descrição do defeito/serviço, peças substituídas, parâmetros técnicos medidos (ex: temperatura de saída do ar) e a assinatura do servidor responsável pela unidade que acompanhou o serviço.

**3.1.5. Gestão de Resíduos e Meio Ambiente:**

- a) Responsabilizar-se integralmente pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, especialmente os **gases refrigerantes** (que não podem ser liberados na atmosfera), filtros sujos, óleo contaminado e carcaças metálicas, em conformidade com a legislação ambiental.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

b) Entregar ao Município as peças substituídas (sucata) que possuem valor patrimonial, mediante termo de entrega no Almoxarifado, salvo aquelas que a legislação exija descarte especializado pela própria contratada (logística reversa).

**3.1.6. Responsabilidades Gerais e Legais:**

- a) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- b) Assumir todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial e civil decorrentes da execução do contrato, eximindo o Município de qualquer responsabilidade.
- c) Reparar imediatamente, às suas expensas, quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros (pisos, paredes, redes elétricas, etc.) em decorrência da execução dos serviços.
- d) Atender prontamente a todas as solicitações e determinações da fiscalização do contrato, mantendo um canal de comunicação ágil e eficiente.

**3.2. DO ÓRGÃO (CONTRATANTE)**

Caberá ao Município de TOMAR DO GERU/SE (CONTRATANTE), para a correta e eficiente execução do contrato, o cumprimento das seguintes obrigações:

**3.2.1. Gestão e Fiscalização:**

- a) Designar formalmente um ou mais servidores (Fiscais do Contrato), que serão os responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização, medição dos serviços e por toda a interlocução oficial com a CONTRATADA.
- b) Acompanhar e fiscalizar rigorosamente a execução dos serviços, verificando a conformidade da manutenção (preventiva e corretiva) com as especificações deste Termo de Referência e com os manuais dos fabricantes.
- c) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização de falhas ou defeitos observados e comunicando à CONTRATADA por escrito.
- d) Zelar pelo cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLA), especialmente os prazos de atendimento (diagnóstico) e resolução (reparo), aplicando as sanções cabíveis em caso de descumprimento.

**3.2.2. Apoio à Execução:**

- a) Emitir as Ordens de Serviço (OS), seja por agendamento (para manutenções preventivas), seja por abertura de chamado (para manutenções corretivas), indicando os equipamentos e os locais a serem atendidos.
- b) Fornecer à CONTRATADA todas as informações e os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços, garantindo o livre acesso dos técnicos (devidamente identificados) às unidades demandantes onde os equipamentos estão instalados.
- c) Disponibilizar um local (Almoxarifado Central ou outro) para o recebimento e a conferência das peças substituídas (sucata), que são patrimônio do Município e devem ser devolvidas pela CONTRATADA para fins de controle e baixa patrimonial.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

d) Indicar, em cada unidade demandante, um servidor local (gestor da unidade) que deverá acompanhar a visita do técnico e assinar o Relatório Técnico de Serviço (RTS), atestando a presença do técnico e a realização do serviço.

**3.2.3. Medição e Pagamento:**

- a) Realizar a medição dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, com base nos Relatórios Técnicos de Serviço (RTS) apresentados pela CONTRATADA (conforme obrigação 3.1.4).
- b) Para o pagamento de peças: validar o "preço de mercado" apresentado pela CONTRATADA (conforme obrigação 3.1.3.b), autorizar o orçamento prévio, e conferir a correta aplicação do percentual de desconto licitado antes de atestar a nota fiscal.
- c) Atestar as notas fiscais correspondentes às medições aprovadas, após verificar a conformidade dos serviços e o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela CONTRATADA, incluindo a regularidade fiscal.
- d) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos no contrato.

**3.2.4. Comunicação e Providências:**

- a) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.
- b) Analisar e responder, de forma fundamentada e em tempo hábil, às solicitações, dúvidas ou comunicações formais apresentadas pela CONTRATADA.

**4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

4.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

**6.1. Da Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação do objeto principal desta licitação, qual seja, a execução dos serviços de manutenção preventiva, diagnóstico e manutenção corretiva nos aparelhos de ar-condicionado.

Contudo, será admitida a subcontratação de partes acessórias do objeto (ex: serviços de transporte para oficina, se autorizados), limitada a **30%** do valor global do contrato.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

Toda e qualquer subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração Municipal. A empresa subcontratada deverá comprovar sua regularidade fiscal e a qualificação técnica compatível com a parcela a ser executada.

É fundamental ressaltar que a CONTRATADA principal permanecerá integralmente responsável pela perfeita execução da totalidade do contrato, respondendo solidariamente por todos os atos praticados pela subcontratada.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

A execução do objeto deste Termo de Referência será regida por um modelo que visa garantir a agilidade na resposta, a organização e o pleno controle da Administração sobre os serviços executados e os pagamentos.

O fluxo de trabalho seguirá as etapas detalhadas abaixo:

**7.1. Da Ordem de Início e Mobilização (Etapa Inicial)**

7.1.1. Após a assinatura do Contrato (ou Ata de Registro de Preços), a Administração emitirá a **Ordem de Início dos Serviços**.

7.1.2. A partir desta ordem, a CONTRATADA terá um prazo máximo de 10 (dez) dias para apresentar à fiscalização os seguintes documentos: a) A relação de sua equipe técnica qualificada (conforme obrigação 3.1.1.b). b) A definição formal dos **canais de comunicação** (telefones, e-mail, WhatsApp Business) para abertura e gestão dos chamados de manutenção corretiva.

**7.2. Da Execução por Ordens de Serviço (OS)**

7.2.1. Nenhum serviço será executado ou pago sem a emissão de uma Ordem de Serviço (OS) correspondente. A execução será parcelada, conforme a necessidade.

7.2.2. Teremos dois fluxos de Ordem de Serviço:

- **OS de Manutenção Preventiva:** Será emitida pelo Fiscal do Contrato de forma programada (ex: "OS 001/2026: Executar preventivas do 1º Trimestre"), definindo o cronograma e quais equipamentos serão vistoriados.
- **OS de Manutenção Corretiva:** A própria **abertura do chamado** pelo Fiscal (ou pela unidade demandante) através dos canais oficiais (item 7.1.2.b) já é considerada a Ordem de Serviço para fins de **diagnóstico**.

**7.3. Do Fluxo de Atendimento Corretivo (Passo a Passo)**

Este é o fluxo crítico para garantir o cumprimento do SLA (Acordo de Nível de Serviço) e o correto pagamento das peças pelo Maior Desconto.

**7.3.1. Passo 1: Abertura do Chamado (OS Corretiva)** O Fiscal ou a unidade demandante identifica a falha e abre o chamado pelo canal oficial.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**7.3.2. Passo 2: Atendimento e Diagnóstico (SLA - Prazo 1)** A CONTRATADA deverá comparecer ao local para realizar o diagnóstico dentro do prazo máximo de 48 horas úteis (conforme obrigação 3.1.2.b).

**7.3.3. Passo 3: Laudo Técnico (Relatório de Serviço)** - Ao final do diagnóstico, o técnico preencherá o **Relatório Técnico de Serviço (RTS)**, que deverá ser assinado pelo responsável da unidade demandante. Este RTS deverá indicar uma de duas situações: a) **Problema Resolvido:** Se o reparo foi simples (ajuste, reconfiguração, etc.) e não exigiu peças, o RTS é preenchido como "concluído" e o chamado é encerrado. b) **Necessidade de Peças:** Se o reparo exigir peças, o RTS é preenchido com o *diagnóstico* e a *relação exata das peças necessárias*.

**7.3.4. Passo 4: Orçamentação e Aplicação do Desconto** Caso o RTS indique necessidade de peças (Passo 3.b), a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato, em no máximo 24h, o **Orçamento Prévio** para o reparo. Este orçamento deverá conter: a) A comprovação do "preço de mercado" da peça (conforme obrigação 3.1.3.b, ex: 3 cotações ou NF). b) O valor final da peça, já com a aplicação do **percentual de desconto** ofertado na licitação.

**7.3.5. Passo 5: Autorização do Fiscal** O Fiscal do Contrato analisará o Orçamento Prévio. Estando o preço de mercado validado e o desconto corretamente aplicado, o Fiscal emitirá a **Autorização para Execução do Reparo**. *Nenhuma peça poderá ser faturada sem esta autorização prévia.*

**7.3.6. Passo 6: Execução do Reparo (SLA - Prazo 2)** Após a Autorização (Passo 5), a CONTRATADA executará o reparo (substituição da peça) dentro do prazo de resolução de 5 (cinco) dias (conforme obrigação 3.1.2.b).

**7.3.7. Passo 7: Conclusão e Entrega da Sucata** Ao concluir o reparo, a CONTRATADA coletará a assinatura final no RTS (confirmando o conserto) e deverá entregar a peça substituída (sucata) no Almoxarifado do Município (conforme obrigação 3.1.5.c).

#### **7.4. Da Medição e Recebimento dos Serviços**

**7.4.1.** Ao final de cada mês, a CONTRATADA consolidará sua medição, apresentando à fiscalização: a) Os Relatórios Técnicos de Serviço (RTS) de todas as **Manutenções Preventivas** realizadas. b) Os Relatórios Técnicos de Serviço (RTS) de todas as **Manutenções Corretivas** (mão de obra/diagnóstico). c) Para as **Peças:** Os Orçamentos Prévios autorizados pelo Fiscal, as cotações/NFs que comprovaram o "preço de mercado" e os comprovantes de entrega da sucata no Almoxarifado.

**7.4.2.** A fiscalização do contrato terá o prazo de até 10 (dez) dias para analisar a documentação e conferir se os serviços foram executados conforme o contratado.

**7.4.3.** Estando tudo em conformidade, a fiscalização emitirá o **Termo de Recebimento Provisório** daquela medição, atestando os serviços. Este termo é a condição para que a CONTRATADA emita a nota fiscal para pagamento.

**7.4.4.** O **Termo de Recebimento Definitivo** será emitido após 30 dias do recebimento provisório, e não sendo verificado nenhum vício ou defeito de instalação.

#### **7.5. Das Garantias Pós-Execução**

**7.5.1.** A CONTRATADA permanecerá responsável pela qualidade e segurança do serviço executado pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**.

**7.5.2.** Adicionalmente, deverá repassar ao Município toda a documentação referente à garantia dos fabricantes das peças instaladas.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

Esta seção estabelece as diretrizes e os requisitos técnicos mínimos obrigatórios para os materiais (peças) a serem fornecidos e para a execução dos serviços de manutenção em sistemas de climatização. O pleno atendimento a estas especificações, bem como àquelas detalhadas no **ANEXO I** deste **Termo de Referência (Checklist de Manutenção Preventiva - PMOC)**, que é parte integrante deste Termo, é condição indispensável para a aceitação do objeto.

**8.1. Diretrizes Gerais dos Materiais (Peças de Reposição)**

**8.1.1.** Todos os materiais a serem empregados na manutenção corretiva, sem exceção, deverão ser **novos, de primeiro uso, livres de quaisquer defeitos e originais** do fabricante do equipamento de ar-condicionado.

**8.1.2.** Conforme definido na Seção 3, o uso de peças "similares" ou "compatíveis" só será admitido em caráter excepcional (em caso de descontinuidade da original ou falta comprovada no mercado), mediante comprovação técnica e autorização expressa e por escrito do Fiscal do Contrato, não podendo comprometer a garantia, o nível de ruído ou a eficiência energética do equipamento.

**8.1.3.** A CONTRATADA deverá repassar ao Município toda a documentação referente à garantia dos fabricantes das peças instaladas (ex: compressores, motores ventiladores).

**8.2. Diretrizes de Execução (Qualidade do Serviço)**

**8.2.1.** A CONTRATADA deverá assegurar que os serviços sejam executados por técnicos qualificados em refrigeração, seguindo rigorosamente as normas da ABNT (especialmente a NBR 16.401) e os manuais técnicos dos fabricantes.

**8.2.2.** A execução deverá garantir a estanqueidade do sistema (ausência de vazamentos de gás), a segurança nas conexões elétricas, o isolamento térmico das tubulações e o zelo pelo patrimônio público no entorno das intervenções (evitando manchas em paredes ou danos ao forro).

**8.3. Escopo Mínimo da Manutenção Preventiva (ANEXO I)**

**8.3.1.** A Manutenção Preventiva, a ser realizada conforme cronograma definido pela fiscalização, deverá seguir o escopo mínimo detalhado no **ANEXO I - Checklist de Manutenção Preventiva**, visando o cumprimento do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle).

**8.3.2.** Este checklist detalhará todos os procedimentos obrigatórios em cada visita, incluindo, mas não se limitando a:

- Higienização profunda de filtros de ar, painéis frontais e aletas.
- Aplicação de produtos químicos de limpeza e bactericidas autorizados pela ANVISA.
- Verificação e desobstrução do sistema de drenagem (bandejas e mangueiras) para evitar vazamentos e proliferação de fungos.
- Lavagem das serpentinas do evaporador e do condensador.
- Medição da pressão do gás refrigerante e da corrente elétrica (amperagem) do compressor.
- Reaperto de conexões elétricas e verificação de capacitores.
- Lubrificação de motores e verificação de ruídos anormais.

**9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.2.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.5.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos consignados no Orçamento de 2026.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada durante as solicitações.

## **11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

Recebimento do Objeto





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

11.1. Os serviços serão recebidos no prazo de 03 (três), juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

11.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

11.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

11.17 O município reterá, na fonte, o valor correspondente ao imposto de renda de pessoa jurídica conforme disposto no Decreto Municipal 031/2023.

11.18. O município de Tomar do Geru efetuará, no ato do pagamento, a retenção de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do pagamento, relativo ao valor do APOIO PECUNIÁRIO previsto no art. 6º, da Lei Municipal nº 720/2020.

### **Prazo de pagamento**

11.19. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

**Forma de pagamento**

11.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

12.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**.

**12.2 - Exclusividade da Regionalização na modalidade: Regional**

**Fundamentação legal e normativa**

A matéria encontra amparo na:

- a) Lei Complementar nº 123/2006, especialmente nos arts. 42 a 49 e arts. 47 e 48, que autorizam a Administração Pública a adotar tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- b) Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, devendo ser observados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e vantajosidade;
- c) Decreto Municipal nº 171/2025, que regulamenta, no âmbito deste Município, o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, prevendo expressamente: a promoção



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

do desenvolvimento local/regional como objetivo das contratações públicas (art. 1º); a possibilidade de estabelecimento de prioridade de contratação para empresas locais e regionais (art. 17); a exigência de existência de mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos para adoção do tratamento favorecido (art. 13).

12.3 Existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos no âmbito local/regional, conforme levantamento de mercado realizado:

ATANAEL SOUZA DA GAMA

40.329.392/0001-51

62.270.028 ANTHONY ALMEIDA DA GAMA

CNPJ: 62.270.028/0001-04

CLICKFRIO AR CONDICIONADO LTDA

33.262.828/0001-77

12.4 Compatibilidade da medida com os princípios da administração pública, especialmente legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e vantajosidade.

12.5 Redução de custos indiretos, especialmente com transporte.

12.6 Maior eficiência na execução contratual, com possibilidade de resolução rápida em caso de inconsistências.

12.7 Fortalecimento da economia regional, com impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico e na arrecadação municipal.

**Do tratamento diferenciado às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP**

12.8. Será observado e assegurado tratamento diferenciado concedido às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP na participação em certames licitatórios deste Município de Tomar do Geru, conforme determina a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, em especial o previsto nos artigos 43 a 45 da referida lei e a Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014.

12.9. Será desclassificada/inabilitada a empresa que fizer uso dos benefícios concedidos às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP por ocasião de participação em certames licitatórios deste Município, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, no ano fiscal anterior, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos na referida lei.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.9.1. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n.º 123/2006 configura fraude ao certame, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com o Município de Tomar do Geru.

12.10. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o §1º, Art. 43 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.12. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do Art. 90 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.13. Será assegurado como critério de desempate a preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme esclarecimentos abaixo:

12.13.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (§2º, Art. 44, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006);

12.13.2. Para efeito do disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á conforme as disposições do item 11.19.

12.14. Do Direito de Preferência — Nos termos do Decreto Municipal nº 171, de 16 de janeiro de 2025, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

12.15 Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

12.16. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

12.17. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.18 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

12.19. Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

12.19.1. Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;

12.19.2. Âmbito regional - os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: Arauá, Itabaianinha, Cristinápolis, Tobias Barreto, Pedrinhas, Umbaúba e Indiaroba.

12.20. Ao final dos lances, será solicitado pelo Pregoeiro a manifestação das empresas devidamente cadastradas como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte àquelas sediadas local ou regionalmente, e que estejam com oferta (último lance) com valor até 10% acima do valor da melhor proposta para que se possa verificar a ocorrência de eventual empate ficto.

**Exigências de habilitação**

12.21. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, **no que couber**:

**Habilitação jurídica**

12.22. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.23. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.24. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.25. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.26. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.27. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.28. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.29. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.30. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

12.31. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.32 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

12.33. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.34. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.35. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.36. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.37. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.38. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.39. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.40. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.41 Alvará de funcionamento ativo e regular.

**Qualificação Técnica**

12.42. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Além de ser necessário um responsável técnico fazendo parte da empresa diretamente ou com compromisso futuro, quando for o caso.

12.42.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.42.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Qualificação Econômico-Financeira**

12.43. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

12.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

12.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

12.44.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **13. DECLARAÇÕES**

13.1. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos;

13.2. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

13.3. Declaração dos interessados que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas? (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

13.4. Declaração de observância do limite no processo para obtenção de benefícios da LC 123/2006, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

13.5. As Declarações citadas acima, poderá ser substituída por uma declaração única.

### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 359.667,29 (Trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos)**, conforme custos apostos nas planilhas exposta neste Termo.

### **15. ANEXOS**

15.1. ANEXO I CHECKLIST DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

Tomar do Geru (SE), 23 de fevereiro de 2026.

---

**Bruno Augusto dos Santos**  
Área de Planejamento  
Responsável pela elaboração

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA- CHECKLIST DE MANUTENÇÃO  
PREVENTIVA**  
(Faz parte integrante do Termo de Referência)

**1. DADOS DA VISITA (A ser preenchido pela CONTRATADA)**

CAMPO	PREENCHIMENTO
Unidade Requisitante:	
Equipamento (Tipo/Marca/BTU):	



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

CAMPO	PREENCHIMENTO
Local de Instalação (Sala):	
Data da Visita:	
Nº da Ordem de Serviço (OS):	
Nº do Relatório (RTS):	
Técnico Responsável:	

## 2, ITENS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

O técnico deverá inspecionar todos os itens abaixo, marcando a situação encontrada. (*Legenda: C = Conforme / NC = Não Conforme / NA = Não Aplicável*).

Categoria	Item	Verificação	C	NC	NA
<b>A. HIGIENIZAÇÃO (PMOC)</b>	A.1	Retirada e lavagem dos <b>filtros de ar</b> (telas).			
	A.2	Limpeza das aletas da evaporadora (unidade interna) e aplicação de bactericida.			
	A.3	Limpeza da carenagem frontal e aletas de direcionamento de ar (vanes).			
	A.4	Limpeza do condensador (unidade externa) com remoção de poeira/detritos.			
<b>B. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO</b>	B.1	Medição da pressão do gás refrigerante (Manifold). Carga está adequada?			
	B.2	Verificação de vazamentos de gás nas conexões (porcas/soldas).			
	B.3	Verificação do isolamento térmico da tubulação			



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

<b>Categoria</b>	<b>Item</b>	<b>Verificação</b>	<b>C</b>	<b>NC</b>	<b>NA</b>
		(esponjoso). Há partes expostas?			
	B.4	Verificação de ruídos ou vibrações anormais no compressor e ventiladores.			
<b>C. SISTEMA ELÉTRICO</b>	C.1	Medição da Tensão (V) e Corrente (A) de operação do compressor.			
	C.2	Reaperto dos bornes e terminais elétricos (evitar pontos quentes).			
	C.3	Teste do capacitor de partida/marcha (verificar se está estufado ou fraco).			
	C.4	Teste do controle remoto (pilhas e emissão de sinal).			
<b>D. DRENAGEM</b>	D.1	Teste de escoamento do dreno (jogar água na bandeja). Há retorno ou vazamento?			
	D.2	Limpeza da bandeja de condensado (remoção de limo/lodo).			
	D.3	Verificação do nivelamento da evaporadora (evita pinga-pinga).			
<b>E. GERAL</b>	E.1	Verificação da fixação dos suportes e condensadora (risco de queda).			

**3. OBSERVAÇÕES E AÇÕES CORRETIVAS (Obrigatório preencher se houver itens "NC")**

*(Obrigatório descrever problemas encontrados nos itens "NC". Ex: "Item C.3: Capacitor fraco, realizada a troca." ou "Item B.1: Gás baixo, necessário teste de estanqueidade.")*



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**4. ASSINATURAS DE VALIDAÇÃO**

Declaramos que os serviços descritos neste checklist foram executados conforme as especificações do Termo de Referência.

**Assinatura do Técnico**  
**(CONTRATADA)**

**Assinatura do Servidor**  
**(CONTRATANTE / Fiscal)**

**ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O MUNICÍPIO DE [CIDADE\_SEDE] por intermédio do(a) [ORGAO\_ENTIDADE], com sede no(a) [ENDERECO\_ORGAO], na cidade de [CIDADE\_SEDE] – [ESTADO\_SEDE], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ\_ORGAO], neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) [AUTORIDADE\_SUPERIOR], [CARGO\_SUPERIOR], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº [PROCESSO\_LICITATÓRIO], processo administrativo nº [PROCESSO\_ADMINISTRATIVO], RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006 e redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023; Instrução Normativa nº 73



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

SEGES/ME, de 30 de setembro de 2022 e demais legislação aplicável e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o \_\_\_\_\_, especificado(s) no Termo de Referência, anexo XX do Edital do **[PROCESSO LICITATÓRIO]**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

XX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a **[ORGAO\_ENTIDADE]**

3.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

XX

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. **Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação. Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, prorrogável por igual período, desde que comprovado a vantajosidade, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

....., ..... de..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
ORGAO GERENCIADOR

\_\_\_\_\_  
ORGAO PARTICIPE

\_\_\_\_\_  
ORGAO PARTICIPE

\_\_\_\_\_  
FORNECEDORES

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**APENDICE “A”  
ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CADASTRO DE RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

XX

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

XX

ORGAO GERENCIADOR

---

ORGAO PARTICIPE

---

FORNECEDORES





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

**ANEXO IV- MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
XXX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI (O)  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU. E A**  
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**O MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**, por intermédio de sua **PREFEITURA**, inscrita no CNPJ sob nº **13.099.205/0001-18**, localizada à Praça Getúlio Vargas, nº 284, CEP. 49.280-000, Bairro Centro, nesta cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. **JADSON DE JESUS**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO(A)**, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão na forma Eletrônica sob o nº 07/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é o(a) **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS SOB DEMANDA, EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADOS (SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO), VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU, TENDO COMO PARTÍCIPE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TOMAR DO GERU**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Dos itens que compõem o objeto:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um)** no contados do(a) data de sua assinatura, **prorrogável por até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto principal desta licitação, qual seja, a execução dos serviços de manutenção preventiva, diagnóstico e manutenção corretiva nos aparelhos de ar-condicionado.

4.2. Admitir-se-á, todavia, a subcontratação de partes acessórias do objeto, tais como serviços de transporte para oficina, desde que previamente autorizados, ficando o limite global de subcontratação restrito a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.3. Toda subcontratação dependerá de autorização prévia e por escrito da Administração Municipal, devendo a empresa subcontratada comprovar, perante a CONTRATANTE, sua regularidade fiscal e qualificação técnica compatível com a parcela a ser executada.

4.4. A existência de subcontratação não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo esta integralmente responsável pela execução da totalidade do objeto e respondendo solidariamente por todos os atos praticados pela subcontratada.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**5.1. PREÇO**

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ XX.XXX, XX (XXXXXXXXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados e/ou fornecimentos efetivamente executados.

**5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

**5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência

5.4.1. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

ampla defesa.

5.4.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha (quando houver), no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

5.5.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviço. (Art. 145, caput, Lei 14.133/2021).

**6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGP-M** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar o setor jurídico municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço ou do fornecimento para representá-lo na execução do contrato.
    - 8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
  - 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
  - 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência (nos casos em que couber);
  - 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou fornecimentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto contratado;
  - 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, para execução contratual, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ou no ato da entrega do material com nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante (nos casos em que couber);

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços e/ou fornecimento.

8.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, exposta em processo que deu origem ao presente contrato;

8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. além das responsabilidades que decorrem da natureza do objeto e da legislação vigente, o cumprimento das seguintes **obrigações Qualidade e Conformidade Técnica**:

8.2.1. Executar todos os serviços em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência, observando rigorosamente as normas técnicas da ABNT (especialmente a NBR 16.401) e as diretrizes de qualidade do ar da ANVISA (Lei do PMOC - Lei nº 13.589/2018), bem como os manuais técnicos dos fabricantes dos aparelhos de ar-condicionado.

8.2.2. Utilizar exclusivamente mão de obra tecnicamente qualificada, com comprovada experiência em refrigeração e climatização, devendo os técnicos estar devidamente uniformizados, equipados com ferramentas adequadas (bombas de vácuo, manômetros, recolhedoras, lavadoras de alta pressão) e identificados com crachá em todas as visitas.

8.2.3. Fornecer peças e componentes novos, originais e de primeiro uso. Peças "similares" ou "compatíveis" somente serão admitidas em caráter excepcional, quando a original estiver descontinuada no mercado, e mediante autorização prévia e por escrito do Fiscal do Contrato.

8.2.4. Refazer, às suas expensas, qualquer serviço que seja rejeitado pela fiscalização por





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

apresentar vícios, defeitos de instalação (ex: vazamento de gás, dreno entupido) ou desconformidade com as especificações, concedendo garantia mínima de 90 (noventa) dias sobre o serviço realizado.

**8.3. Execução, Prazos e Níveis de Serviço (SLA):**

8.3.1. Manter canais de comunicação eficientes (telefone, e-mail e WhatsApp Business) para a abertura de chamados, garantindo o registro imediato da solicitação.

8.3.2. Cumprir rigorosamente os Níveis Mínimos de Serviço (SLA) definidos, sendo:

Prazo de Atendimento (Diagnóstico): Realizar a visita técnica para diagnóstico da falha em, no máximo, 48 horas úteis após a abertura do chamado.

Prazo de Resolução (Reparo): Concluir o reparo definitivo do equipamento em, no máximo, 5 (cinco) dias, contados do diagnóstico inicial, salvo na ocorrência de indisponibilidade de peças no mercado devidamente justificada.

8.3.3. Realizar as visitas de Manutenção Preventiva conforme o cronograma definido pela fiscalização, executando obrigatoriamente a higienização profunda de filtros, evaporadoras e condensadoras, aplicação de bactericidas (quando aplicável), desobstrução de drenos e aferição de pressão de gás, visando a qualidade do ar interior.

8.3.4. Executar os serviços preferencialmente "in-loco". A retirada dos aparelhos para oficina só poderá ocorrer em casos de alta complexidade (ex: troca de compressor, soldas extensas) e com autorização expressa do fiscal.

8.3.5. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e garantir a segurança do trabalho, isolando a área de intervenção para evitar acidentes com servidores ou público.

8.3.6. Arcar com todos os custos de transporte, alimentação, hospedagem e despesas logísticas de suas equipes

**8.4. Fornecimento de Peças e Aplicação do Desconto:**

8.4.1. Quando a manutenção corretiva exigir substituição de peças, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal, após o diagnóstico, um orçamento prévio detalhando os itens necessários.

8.4.2. Para definição do preço da peça, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal de aquisição ou 3 (três) orçamentos válidos de fornecedores distintos, aplicando-se o percentual de desconto licitado sobre o menor valor apurado.

8.4.3. O serviço só poderá ser executado após a autorização formal do Fiscal sobre o orçamento apresentado.

8.4.4. Apresentar, ao término de cada visita, um Relatório Técnico de Serviço (RTS), que deverá conter a identificação do equipamento, descrição do defeito/serviço, peças substituídas, parâmetros técnicos medidos e a assinatura do servidor responsável pela unidade que acompanhou o serviço

**9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

- (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- (3) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (4) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)**

16.1. É eleito o Foro da Comarca de **TOMAR DO GERU (SE)** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., ..... de.....de 2025

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-